Ministério das Relações Exteriores
Assessoria de Imprensa do Gabinete
Palácio Itamaraty
Térreo
Brasília - DF
CEP: 70170-900
Telefones: 0(xx) 61-3411-6160/2/3
Fax: 0(xx) 61-3411-8002
E-mail: imprensa@mre.gov.br

Nota nº 598 - 27/10/2008
Distribuição 22

VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum - Comunicado Conjunto

Os Ministros das Relações Exteriores, os Ministros da Fazenda e os Presidentes dos Bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados reuniram-se em Brasília, no dia 27 de outubro de 2008, para discutir a crise financeira internacional, seus impactos na região e possíveis ações para mitigar seus efeitos.

Coincidiram na avaliação de que, como conseqüência da evolução positiva de seus fundamentos macro-econômicos, os países da região se encontram em melhores condições do que no passado para enfrentar os desafios impostos pela crise financeira e seus efeitos no setor real da economia. Manifestaram que o comércio regional é um patrimônio valioso para todos os países da região. Não obstante, coincidiram na conveniência de realizar um monitoramento dos possíveis impactos da crise tanto nos mercados financeiros locais como nos níveis da produção e emprego.

Recordaram que a turbulência financeira teve origem nos países desenvolvidos e sublinharam a importância de se evitar que as medidas adotadas por aqueles países na solução da crise acarretem custos adicionais para os países em desenvolvimento.

Salientaram a necessidade de uma reforma profunda e abrangente da arquitetura financeira internacional e de estabelecer, no âmbito global, instrumentos que permitam respostas concretas, imediatas e mais adequadas à crise. Indicaram, igualmente, a importância de se aperfeiçoar a regulamentação prudencial dos mercados de capitais.

Tomaram nota das propostas feitas por Chefes de Estado da região em resposta aos desafios da atual conjuntura, tais como a proposta brasileira de convocação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em nível ministerial, e a proposta venezuelana de realizar reunião de Chefes de Estado e de Governo, no marco das Nações Unidas.

Ressaltaram a importância de que os Governos da região mantenham canais fluidos e ágeis de comunicação sobre as medidas tomadas por cada país para enfrentar o momento atual, e determinaram que seus altos funcionários mantenham um intercâmbio tempestivo de informações sobre os desdobramentos da crise financeira na região. A fim de facilitar essa tarefa, acordaram designar pontos focais em cada um dos Ministérios e dos Bancos Centrais envolvidos.

Reafirmaram a convicção de que o aprofundamento da integração regional e o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação financeira podem contribuir de maneira decisiva para a manutenção do crescimento, preservando e ampliando as conquistas econômicas e sociais dos últimos anos.

Coincidiram na necessidade de reforçar a capacidade da região de enfrentar problemas decorrentes de crises como a atual. Foram mencionados, nesse contexto, os mecanismos no âmbito do Mercosul, que incluem o monitoramento macroeconômico, o acompanhamento dos fluxos de comércio e as iniciativas de integração de serviços financeiros disponíveis nos mercados bancário, de capitais e de seguros. O sistema de pagamentos em moeda local criado no Mercosul e já em operação entre Brasil e Argentina é um exemplo de medida representativa de um aprofundamento da integração financeira regional.

Apoiaram também as discussões sobre mecanismos de integração financeira no âmbito da UNASUL. Os países que estão envolvidos no processo de conformação do Banco do Sul expressaram a importância de sua ativação, o mais rapidamente possível, com vistas ao desenvolvimento mais harmônico, eqüitativo e integral da América do Sul.

Recordando os vínculos entre finanças e comércio, os Ministros e Presidentes dos Bancos Centrais enfatizaram, no contexto da atual crise financeira internacional, a necessidade de uma conclusão satisfatória e equilibrada para as negociações multilaterais da Rodada Doha, que tome plenamente em consideração os interesses dos países em desenvolvimento e que leve à eliminação de práticas comerciais distorcivas por parte dos países desenvolvidos.